

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> .....	XIII
<p>Capítulo I</p> <p>Força das Resoluções Judiciais e seu Cumprimento</p>	
§ 1º Noções Gerais .....	3
1. Estrutura legislativa e natureza da execução .....	3
2. Força das resoluções judiciais e entrega do bem da vida .....	5
3. Importância e problemas básicos da execução perante as reformas legislativas .....	11
4. Execução frutífera e infrutífera. ....	13
§ 2º Classificação dos Atos Decisórios no Processo .....	14
5. Generalidades .....	14
6. Resolução final do processo (“sentença”) .....	15
7. Resoluções interlocutórias (“decisões”) .....	17
8. Resoluções de expediente (“despachos”) .....	18
§ 3º Limites Práticos e Técnicos do Cumprimento das Resoluções Judiciais .....	20
9. Generalidades .....	20
10. Conceito, natureza e classificação do objeto da execução .....	20
10.1. Obrigações líquidas e ilíquidas .....	22
10.2. Obrigações conjuntivas e alternativas .....	23
10.3. Obrigações condicionais e a termo .....	23
10.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis .....	23
11. Conceito, natureza e classificação dos meios executórios .....	24
11.1. Execução direta .....	25
11.2. Execução indireta .....	26
§ 4º Princípios Fundamentais da Execução .....	27
12. Generalidades .....	27
13. Princípio da autonomia .....	27
14. Princípio do título .....	28
15. Princípio da responsabilidade .....	29
16. Princípio do resultado .....	29
17. Princípio da disponibilidade .....	30
18. Princípio da adequação .....	31
§ 5º Direito Intertemporal .....	32
19. Incidência nos feitos pendentes .....	32

## Capítulo II Casos Particulares de Cumprimento

§ 6º Cumprimento nas Prestações Bilaterais . . . . .	37
20. Generalidades . . . . .	37
21. Exceções de direito material . . . . .	38
21.1. Natureza da exceção . . . . .	38
21.2. Conceito de exceção . . . . .	38
21.3. Características da exceção . . . . .	38
22. Exceção de inadimplemento . . . . .	40
22.1. Conceito de exceção de inadimplemento . . . . .	40
22.2. Finalidade da exceção de inadimplemento . . . . .	40
22.3. Terminologia aplicada à exceção . . . . .	41
22.4. Origens da exceção de inadimplemento . . . . .	41
22.5. Características da exceção de inadimplemento . . . . .	41
22.6. Natureza da exceção de inadimplemento . . . . .	42
22.7. Espécies de exceção de inadimplemento . . . . .	42
23. Domínio de aplicação da exceção de inadimplemento . . . . .	43
23.1. Conceito de contrato bilateral . . . . .	43
23.2. Aplicação aos contratos bilaterais típicos e atípicos . . . . .	44
23.3. Exclusão dos contratos bilaterais imperfeitos . . . . .	45
23.4. Exclusão dos contratos administrativos . . . . .	46
23.5. Exclusão dos contratos plurilaterais . . . . .	46
23.6. Síntese do campo de incidência da exceção de inadimplemento . . . . .	47
24. Condições de aplicação da exceção de inadimplemento . . . . .	47
25. Julgamento da exceção de inadimplemento . . . . .	48
§ 7º Cumprimento na Emissão de Declaração de Vontade . . . . .	52
26. Pretensão ao cumprimento do contrato preliminar . . . . .	52
27. Interpelação da parte inadimplente . . . . .	55
28. Prescrição da pretensão ao cumprimento . . . . .	57
29. Efeitos do registro do pré-contrato . . . . .	58
30. Condições de admissibilidade da pretensão . . . . .	59
31. Postulação do suprimento da declaração de vontade . . . . .	62
32. Legitimidade ativa e passiva na ação . . . . .	63
33. Natureza da ação nascente do contrato preliminar . . . . .	63
34. Cumprimento do provimento substitutivo . . . . .	65
34.1. Subordinação do efeito ao trânsito em julgado . . . . .	65
34.2. Efeitos do contrato definitivo: aquisição do domínio e desapossamento . . . . .	66
34.3. Desnecessidade de meios compulsórios . . . . .	67
35. Designação do remédio processual . . . . .	67

## Capítulo III Liquidação de Sentença

§ 8º Considerações Prévias . . . . .	71
36. Causa da liquidação e títulos de liquidação obrigatória . . . . .	71
36.1. Liquidez e espécies de obrigação . . . . .	71
36.2. Liquidez e título extrajudicial . . . . .	74
36.3. Liquidez e pedido genérico . . . . .	75
36.4. Proibição da condenação genérica . . . . .	76
36.5. Casos de liquidação obrigatória . . . . .	79

37. Natureza da liquidação . . . . .	80
38. Liquidação e execução provisória . . . . .	82
39. Execução e liquidação simultâneas . . . . .	83
40. Espécies de liquidação . . . . .	84
41. Legitimação ativa e passiva na liquidação . . . . .	85
42. Competência na liquidação . . . . .	87
§ 9º Liquidação por Cálculo . . . . .	88
43. Casos de liquidação por cálculo . . . . .	88
44. Requisitos da planilha . . . . .	89
45. Formação e controle da planilha . . . . .	91
§ 10 Liquidação por Arbitramento . . . . .	95
46. Casos de liquidação por arbitramento . . . . .	95
47. Procedimento da liquidação por arbitramento . . . . .	96
§ 11 Liquidação por Artigos . . . . .	97
48. Casos de liquidação por artigos . . . . .	97
49. Procedimento da liquidação por artigos . . . . .	97
§ 12 Julgamento da Liquidação . . . . .	99
50. Resultado prático da liquidação . . . . .	99
51. Princípio da fidelidade ao provimento . . . . .	99
52. Efeitos do julgamento da liquidação . . . . .	101
53. Recurso cabível e sucumbência . . . . .	102
 Capítulo IV Execução Provisória  	
§ 13 Noções Gerais . . . . .	107
54. Conceito e natureza da execução provisória . . . . .	107
55. Casos de execução provisória . . . . .	111
56. Proibição da execução provisória . . . . .	112
§ 14 Princípios da Execução Provisória . . . . .	116
57. Identidade de meio executório . . . . .	116
58. Responsabilidade objetiva do exequente . . . . .	117
59. Pressupostos da satisfação do exequente . . . . .	118
60. Restituição ao estado anterior . . . . .	122
§ 15 Procedimento da Execução Provisória . . . . .	124
61. Requerimento inicial da execução . . . . .	124
61.1. Oportunidade da execução provisória . . . . .	124
61.2. Autos da execução provisória . . . . .	125
62. Prestação da caução . . . . .	127
63. Cabimento da impugnação do executado . . . . .	128
64. Conversão da execução provisória em definitiva . . . . .	128

Capítulo V  
Pressupostos Processuais no Cumprimento

§ 16 Pressupostos da Pretensão a Executar . . . . .	133
---	-----

65. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar . . . . .	133
65.1. Independência funcional e condições da ação executiva . . . . .	134
65.2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito . . . . .	136
§ 17 Juízo Competente para o Cumprimento . . . . .	137
66. Generalidades . . . . .	137
67. Confronto entre as soluções do direito anterior e as do vigente . . . . .	139
68. Competência nas causas originárias do Tribunal . . . . .	141
69. Competência do juízo da causa . . . . .	142
70. Competência na execução dos demais provimentos . . . . .	143
71. Foros concorrentes ao juízo da causa . . . . .	144
72. Competência nas ações incidentais, no concurso especial e modificações da competência . . . . .	144
73. Controle da competência . . . . .	146
§ 18 Título Executivo e Inadimplemento . . . . .	148
74. Função e importância do título executivo na execução e no cumprimento . . . . .	148
75. Conceito e natureza do título executivo . . . . .	151
76. Ônus de exibição do título executivo . . . . .	154
77. Atributos do título executivo . . . . .	155
78. Espécies de título executivo judicial . . . . .	157
78.1. Sentença civil . . . . .	157
78.2. Sentença penal . . . . .	159
78.3. Sentença homologatória . . . . .	161
78.4. Sentença arbitral . . . . .	162
78.5. Acordo extrajudicial homologado . . . . .	162
78.6. Sentença estrangeira . . . . .	162
78.7. Formal e certidão de partilha . . . . .	163
79. Inadimplemento e prazo de espera . . . . .	163
80. Incidente de cumprimento e incidência da multa . . . . .	166
 Capítulo VI Cumprimento das Prestações de Fazer e de Entrega de Coisa  	
§ 19 Noções Gerais . . . . .	171
81. O problema de técnica legislativa no cumprimento . . . . .	171
82. Ordens judiciais e seus meios de cumprimento . . . . .	173
§ 20 Procedimento da Execução das Prestações de Fazer . . . . .	176
83. Início da fase de cumprimento . . . . .	176
84. Disciplina da pena pecuniária . . . . .	176
85. Subsistência de pena no caso de improcedência da demanda . . . . .	178
86. Disciplina das medidas de apoio . . . . .	180
87. Reação do executado . . . . .	182
§ 21 Procedimento da Execução das Prestações de Dar Coisa . . . . .	183
88. Início da fase de cumprimento . . . . .	183
89. Exceção de retenção por benfeitorias . . . . .	184
90. Aplicação das medidas de coerção . . . . .	184
91. Entrega da coisa certa . . . . .	185
92. Entrega da coisa incerta . . . . .	185
93. Transformação da tutela específica em perdas e danos . . . . .	186

## Capítulo VII

### Execução das Prestações Pecuniárias

§ 22 Fase Inicial da Execução. . . . .	191
94. Iniciativa da parte . . . . .	191
95. Terminologia aplicada à petição inicial . . . . .	192
96. Forma e conteúdo do requerimento executivo . . . . .	193
96.1. Competência . . . . .	194
96.2. Legitimidade e intervenção de terceiros na execução . . . . .	194
96.2.1. Parte e terceiro na execução . . . . .	195
96.2.2. Intervenção de terceiros na execução . . . . .	196
96.2.3. Litisconsórcio na execução . . . . .	196
96.2.4. Legitimidade ativa . . . . .	197
96.2.5. Legitimidade passiva . . . . .	198
96.2.6. Intervenção do Ministério Público na execução . . . . .	199
96.3. Causa de pedir . . . . .	199
96.4. Pedido na execução . . . . .	200
96.5. Valor da causa . . . . .	201
96.6. Produção da prova documental . . . . .	202
96.7. Requerimento e modos de citação do executado . . . . .	203
96.8. Indicação de bens . . . . .	204
96.9. Quebra do sigilo bancário . . . . .	205
96.10. Outros requerimentos . . . . .	207
97. Controle do requerimento executivo . . . . .	207
98. Fixação de honorários advocatícios na execução . . . . .	208
99. Efeitos da admissibilidade da execução . . . . .	210
99.1. Efeitos gerais . . . . .	210
99.2. Efeito específico: averbação do ajuizamento . . . . .	212
99.2.1. Natureza da averbação . . . . .	212
99.2.2. Procedimento da averbação . . . . .	213
99.2.3. Efeitos da averbação do ajuizamento . . . . .	214
99.2.4. Responsabilidade do exequente pela averbação indevida . . . . .	214
100. Fase inicial da expropriação . . . . .	214
100.1. Agente da execução . . . . .	214
100.2. Dispensa da expedição do mandado de penhora . . . . .	215
100.3. Localização dos bens penhoráveis . . . . .	215
100.4. Inexistência de nomeação pelo executado . . . . .	216
100.5. Natureza da penhora . . . . .	216
100.6. Ordem da penhora . . . . .	217
100.7. Lugar da penhora . . . . .	217
100.8. Tempo da penhora . . . . .	217
100.9. Adequação da penhora . . . . .	217
100.10. Incidente de resistência do executado . . . . .	218
100.11. Efetivação da penhora e elementos do auto . . . . .	219
100.12. Objeto da penhora . . . . .	219
100.13. Efeitos da penhora . . . . .	221
100.14. Depósito da coisa penhorada . . . . .	222
100.15. Incidentes da penhora . . . . .	224
100.16. Avaliação do bem penhorado . . . . .	225
100.17. Intimação da penhora e da avaliação . . . . .	226
101. Constituição de capital na condenação por ato ilícito . . . . .	228



§ 23 Aplicação Subsidiária da Execução de Título Extrajudicial . . . . .	232
102. Generalidades . . . . .	232
103. Fase de instrução da expropriação . . . . .	232
104. Fase final da expropriação . . . . .	232

### Capítulo VIII Reação do Executado

§ 24 Noções Gerais . . . . .	237
105. A impugnação no quadro geral dos remédios contra a execução . . . . .	237
106. Confronto entre a impugnação e os embargos . . . . .	241
107. Cabimento da exceção de pré-executividade . . . . .	243
108. Controle dos atos de expropriação . . . . .	247
§ 25 Conceito, Natureza e Fundamentos da Impugnação Incidental . . . . .	249
109. Conceito e natureza da impugnação . . . . .	249
110. Fundamentos da impugnação do executado . . . . .	250
110.1. Caráter sumário da cognição na impugnação do executado . . . . .	251
110.2. Casos explícitos de impugnação . . . . .	253
110.2.1. Falta ou nulidade da citação . . . . .	253
110.2.2. Inexequibilidade do título . . . . .	254
110.2.3. Ilegalidade da penhora ou erro da avaliação . . . . .	255
110.2.4. Ilegitimidade de partes . . . . .	257
110.2.5. Excesso de execução . . . . .	257
110.2.6. Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação . . . . .	259
110.2.7. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo . . . . .	261
110.3. Casos implícitos de impugnação . . . . .	262
§ 26 Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental . . . . .	264
111. Generalidades . . . . .	264
112. Prazo da impugnação . . . . .	264
112.1. Precedência da avaliação . . . . .	264
112.2. Natureza do prazo . . . . .	264
112.3. Efeitos da fluência do prazo . . . . .	265
112.4. Suspensão do prazo . . . . .	265
112.5. Dobra do prazo . . . . .	266
112.6. Formas da intimação . . . . .	266
112.7. Termos inicial e final do prazo . . . . .	267
113. Competência da impugnação . . . . .	267
114. Legitimidade ativa e passiva na impugnação . . . . .	268
115. Constrição patrimonial . . . . .	270
§ 27 Procedimento da Impugnação Incidental . . . . .	272
116. Requisitos da petição inicial . . . . .	272
117. Controle da inicial . . . . .	274
118. Indeferimento liminar da impugnação . . . . .	274
119. Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo . . . . .	274
119.1. Admissibilidade como pressuposto da suspensão . . . . .	275
119.2. Necessidade de pedido expreso do impugnante . . . . .	275
119.3. Caráter excepcional da suspensão . . . . .	275
119.4. Inexistência de discricão judicial . . . . .	275
119.5. Relevância nos fundamentos da impugnação . . . . .	276

119.6. Receio de grave dano de difícil ou incerta reparação . . . . .	276
119.7. Suspensão objetiva e subjetivamente parcial. . . . .	276
119.8. Prosseguimento da execução mediante caução . . . . .	277
119.9. Recurso cabível das resoluções do juiz . . . . .	278
119.10. Demais efeitos do recebimento da impugnação . . . . .	278
120. Chamamento do impugnado . . . . .	278
121. Atitudes do impugnado . . . . .	279
122. Rito e autuação autônoma da impugnação . . . . .	281
123. Julgamento da impugnação e recursos próprios . . . . .	282
§ 28 Efeitos do Julgamento da Impugnação . . . . .	283
124. Efeitos no caso de procedência. . . . .	283
125. Efeitos no caso de improcedência . . . . .	284
Bibliografia . . . . .	285
Índice da Legislação . . . . .	303